

abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual
Clipping da imprensa

Brasília, 10 de maio de 2019 às 07h46
Seleção de Notícias

Folha.com | BR

Marco regulatório | INPI

Podcast conta como é ser inventor no Brasil; ouça -	3
PODCASTS	

G1 - Globo | BR

09 de maio de 2019 | Pirataria

Homem é preso por distribuição ilegal de remédios no ABC	4
SÃO PAULO	

09 de maio de 2019 | Pirataria

Para dois terços dos deputados, alta carga tributária estimula pirataria e contrabando	5
ECONOMIA	

Consultor Jurídico | BR

09 de maio de 2019 | Propriedade Intelectual

Lei que isenta filantrópicas de recolher direitos autorais é inconstitucional	6
--	----------

Podcast conta como é ser inventor no Brasil; ouça -

PODCASTS

Últimas notícias São Paulo

No Brasil, quem tenta, por conta própria, inventar algo novo esbarra em dificuldades para patentear sua criação.

Para fazer o registro, é preciso ter ajuda do **INPI** (**Instituto** Nacional de Propriedade Industrial). Lá dá para registrar de tudo: **desenho** industrial, programa de computador, informação tecnológica e as **patentes**, que são uma espécie de certidão de nascimento de uma ideia.

Os serviços são pagos, alguns chegam a custar mais de R\$ 2 mil. Além do preço alto, há a dificuldade com a burocracia. O número de patentes concedidas em 2018 subiu 77,4% na comparação com 2017. Mas o problema hoje é a fila de projetos aguardando aprovação.

Quem conduz o Café da Manhã desta sexta-feira (10) sobre a invenção no Brasil é o jornalista Renan Sukevicius, da equipe de podcasts da **Folha**.

O programa de áudio é publicado no Spotify, serviço de streaming parceiro da **Folha** na iniciativa e que é especializado em música, podcast e vídeo. É possível ouvir o episódio clicando abaixo. Para acessar no aplicativo basta se cadastrar gratuitamente.

Ouçá o episódio:

Os episódios do Café da Manhã são publicados de segunda a sexta-feira, sempre no começo do dia, a partir das 6h.

O podcast é conduzido pelos jornalistas Rodrigo Vi-zeu e Magê Flores.

Homem é preso por distribuição ilegal de remédios no ABC

SÃO PAULO

Ele foi encontrado com 3 mil caixas de 2 medicamentos que seriam distribuídos ilegalmente.

Um homem, de 33 anos, foi preso, nesta quarta-feira (8), em Diadema, ABC paulista, com mais de três mil caixas de dois medicamentos que seriam distribuídos ilegalmente. A Polícia Militar começou a investigação, após uma denúncia anônima.

Ao todo, 1.071 frascos de remédios estavam guardados sem nenhum cuidado. Silvio Iurk Burigo afirmou que a substância apreendida é somatropina, hormônio usado no tratamento de crianças com dificuldade de crescimento. É um remédio controlado e que só pode ser vendido com receita médica.

Em um saco plástico, foram encontrados mais de três mil caixas que seriam usadas para armazenar um medicamento usado como anabolizante. Também foram apreendidos cinco mil bulas falsas e adesivos

como lacres.

Ele vai responder por crime contra a saúde pública e pode pegar até 15 anos de prisão. A AMGEN, responsável pelo laboratório que fabrica o medicamento, que tem como base a Somatropina, diz que segue uma série de procedimentos para evitar as falsificações.

Silvio Burigo disse para a polícia que não sabia que os remédios só poderiam ser vendidos com a receita médica e que foi ao Paraguai comprar os frascos.

"Ele informou que vendia [os medicamentos] para frequentadores de academia e provavelmente pessoas do relacionamento dele. A suspeita principal é que a medicação seja falsificada. Foi requisitada a perícia e vamos aguardar o laudo respectivo", disse o delegado Paulo Rios.

Para dois terços dos deputados, alta carga tributária estimula pirataria e contrabando

ECONOMIA



Segundo levantamento da Capital Político, 64% veem relação entre tributos e contrabando; 72% querem reforma.

Para dois terços dos deputados do Congresso Nacional, a alta carga tributária no Brasil estimula o consumo de **produtos** piratas contrabandeados e falsificados.

O levantamento, realizado com 136 deputados federais, foi realizado pela Capital Político em parceria com Instituto Brasileiro de Pesquisa e Análise de Dados.

A pesquisa fez ainda um recorte por blocos no Congresso: oposição (PT, PDT, Avante, Solidariedade, Psol, Rede, PCdoB, PV, PSB); não alinhado (Sem partidos, PP, MDB, PTB, PR, PSD, PRB, PSDB, DEM, PROS, PSC, Cidadania, Novo, Podemos, Patriotas, PMN, PHS, PRP) e governo (PSL).

Entre os deputados alinhados ao presidente Jair Bolsonaro, 90% veem relação entre tributos e contrabando. Já entre as bancadas de oposição, apenas metade associa impostos a vendas de produtos ilegais.

Ainda segundo a pesquisa, para 72% dos deputados,

o combate ao contrabando e à **pirataria** deve ir além de repressão policial, passando pela revisão do sistema tributário. No recorte por blocos, a oposição tem maioria: 82% acreditam ser necessária alguma espécie de reforma.

Segundo dados do ministério da Economia, a carga tributária no País fechou o ano de 2018 em 33,58% do PIB.

Embora os holofotes estejam agora sobre a reforma da Previdência, a equipe econômica já começa a se preparar para o próximo desafio estrutural do País, com um projeto de simplificação tributária.

Lei que isenta filantrópicas de recolher direitos autorais é inconstitucional

COMPETÊNCIA DA UNIÃO

O Plenário do Supremo Tribunal Federal julgou inconstitucional a Lei 92/2010 do Estado do Amazonas, que isentava associações, fundações ou instituições filantrópicas e entidades de utilidade pública estadual do recolhimento de **direitos** autorais pela execução pública de obras musicais. A decisão, unânime, foi proferida nesta quarta-feira (8) no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 5800, ajuizada pelo Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (ECAD).

Em seu voto pela procedência da ADI, o ministro Luiz Fux, relator, explicou que compete privativamente à União legislar sobre direito civil e direito de propriedade e estabelecer regras de intervenção no domínio econômico.

"O direito autoral é um conjunto de prerrogativas conferidas por lei a pessoa física ou jurídica que cria alguma obra intelectual, dentre as quais se destaca o direito exclusivo do autor à utilização, à publicação ou à reprodução de suas obras, como corolário do direito de **propriedade** intelectual (artigo 5º, incisos XXII e XXVII, da Constituição)", disse Fux.

O ministro afirmou que, no caso, a lei do Amazonas, ao estipular hipótese em que não se aplica o recolhimento dos valores pertencentes aos direitos autorais fora do rol da Lei Federal 9.610/1998, fez com uma norma estadual usurpasse competência privativa da União. Com informações da Assessoria de Imprensa do STF.

ADI 5800

Índice remissivo de assuntos

Marco regulatório | INPI
3

Patentes
3

Desenho Industrial
3

Pirataria
4, 5

Propriedade Intelectual
6